

**Desmatamento zero na Floresta Amazônica fica fora de acordo**

# Acordo não fixa meta para fim do desmate

Após negociações durante a Cúpula da Amazônia, os líderes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) firmaram documento conjunto que estabelece diretrizes para a preservação da maior floresta tropical do planeta. Batizado de Declaração de Belém, o longo texto cita o "ideal de alcançar o desmate zero" na região, mas não fixa um prazo vinculante.

O resultado frustrou a expectativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que era de obter um acordo entre os países para adoção da meta de desmate zero até 2030.

Os países da OTCA decidiram, no entanto, criar uma aliança para evitar que a Amazônia atinja o ponto de não retorno – no qual a savanização se torne irreversível, em prejuízo da biodiversidade. A intenção é "reconhecer e promover o cumprimento das metas nacionais", por meio da eliminação da atividade madeireira ilegal e de uma legislação firme.

Como esperado, a declaração determina a criação de um Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia, uma espécie de Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) regional. O painel será composto por cientistas, pesquisadores, técnicos e indígenas.

"O painel promoverá a sistematização de informações e a elaboração de relatórios periódicos sobre temas prioritários, além de analisar a dinâmica social e econômica da região, para facilitar o planejamento de ações preventivas e identificar gargalos e potencialidades da produção científico-tecnológica na região amazônica", destaca o documento.

O texto prevê ainda a formação de um grupo de trabalho para avançar no processo de institucionalização do Parlamento Amazônico. Define também o objetivo de desenvolver uma estratégia comum para lidar com os efeitos do El Niño, além de fortalecer a cooperação policial no combate ao crime.

Em relação ao financiamento externo, a declaração cobra das economias desenvolvidas que destinem US\$ 100 bilhões para as nações em desenvolvimento, uma promessa antiga que nunca foi cumprida.



Lula buscava consenso para zerar o desflorestamento até 2030

“Minha obrigação é falar para todo mundo que o Brasil fará sua parte. Até 2030, teremos desmatamento zero nesse país. E não vamos fazer na marra.”

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

Na abertura da cúpula, ontem, Lula havia defendido a meta de desmate zero até 2030. Ele afirmou que, nos sete primeiros meses do ano, os alertas de desmate caíram 42,5%, e pediu aos líderes da região que se unam para assegurar a preservação do bioma.

– A Amazônia não é e não pode ser tratada como um grande depósito de riquezas – disse.

Lula também acusou o ex-presidente Jair Bolsonaro de ter permitido o aumento do desmatamento e a expansão de redes criminosas que ampliaram a insegurança na Amazônia.

– A crise política que se abateu sobre o Brasil levou ao poder um governo negacionista com consequências nefastas – disse.

## Petróleo

No documento final, não há menção à exploração de petróleo, apesar da forte pressão da Colômbia. O presidente do país, Gustavo Petro, chegou a sugerir que a insistência na atividade petrolífera pode configurar espécie de "negacionismo" dos grupos progressistas:

– Se a floresta produz petróleo e isso está matando a Amazônia, passa a haver um efeito duplo: a floresta já não é mais esponja de CO<sub>2</sub>, ela também emite.

A declaração fala apenas em "iniciar um diálogo entre os Estados Partes sobre a sustentabilidade de setores tais como mineração e hidrocarbonetos na Região Amazônica", mas não em eliminar planos de exploração petrolífera na área.

O tema dos combustíveis fósseis tem causado mal-estar para a gestão Lula após vir à tona, em maio, um plano da Petrobras de explorar petróleo na margem equatorial da foz do Rio Amazonas. A proposta dividiu o próprio governo. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, crítica, mas o presidente não rechaça completamente o projeto.

## Repercussão

Secretário-geral do Observatório do Clima, o ambientalista Márcio Astrini diz que faltou contundência à Declaração de Belém, sobretudo no que diz respeito ao fim do desmatamento na região. Para ele, o documento é "uma lista de promessas".

– O mundo está derretendo. Não é possível que, diante de tudo o que está acontecendo, oito líderes de países amazônicos não consigam dizer com todas as letras: acabou o tempo da derrubada de florestas – disse.

Já para o professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Artaxo, a Declaração de Belém é um "grande passo", sobretudo em razão de medidas como a criação do "IPCC da floresta".

– É um passo notável para que as políticas públicas a serem implantadas sejam baseadas em decisões científicas. Até agora, eram ditadas por setores como a agropecuária e a mineração.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Seção:** Cúpula da Amazônia **Página:** 6